



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 216.14-10-2025

1. DECLARAÇÃO DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a' da Lei n. 14.133/2021)

- 1.1.** Credenciamento de lojas de autopeças, autorizadas e oficinas especializadas para a prestação de serviços de manutenção mecânica, funilaria, pintura, tapeçaria, borracharia, elétrica/eletrônica e retífica, incluindo o fornecimento de peças e componentes genuínos, originais e/ou similares, destinados aos veículos leves e pesados que integram a frota do SAAE.
- 1.2.** Escolha da proposta mais vantajosa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo.

1.3. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CUSTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i' da Lei n. 14.133/2021)

- 1.3.1.** O objeto a ser adquirido deve obedecer de forma estrita às especificações e quantidades previstas na planilha abaixo, sendo que a estimativa desta contratação encontra-se devidamente embasada na pesquisa de preços realizada pelo setor competente, conforme demonstrado a seguir.

LOTE 01 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO MECÂNICA					
Itens	Especificações	Unid.	Quant.	Valor unitário orçado	Valor total orçado
01	Serviço de manutenção em motocicletas.	Hora	400	R\$ 50,00	R\$ 20.000,00
02	Serviço de manutenção em veículos de passeio e utilitários (veículos leves).	Hora	2.000	R\$ 139,34	R\$ 278.680,00
03	Serviço de manutenção em caminhões e demais veículos pesados.	Hora	2.400	R\$ 142,43	R\$ 341.832,00
Total	Seiscentos e quarenta mil, quinhentos e doze reais				R\$ 640.512,00

LOTE 02 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS - MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO (%)					
Itens	Especificações	Unid.	Quant.	Percentual	Valor total orçado
01	Fornecimento de peças e componentes em geral.	Unid.	-	5 %	R\$ 96.747,84
Total	Noventa e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais, oitenta e quatro centavos				R\$ 96.747,84

- 1.4.** O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.5. Subcontratação

- 1.5.1.** A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. Encontra-se preconizado no Estudo Técnico Preliminar apêndice deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei n. 14.133/2021)

3.1. Encontra-se preconizado no Estudo Técnico Preliminar apêndice deste termo de referência.

4. REQUISITOS PARA AQUISIÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd' da Lei n. 14.133/2021)

4.1. Encontra-se preconizado no Estudo Técnico Preliminar apêndice deste termo de referência.

5. DA RELAÇÃO DE VEÍCULOS

5.1. As especificações dos veículos, máquinas e equipamentos abrangidos pelo objeto deste Termo de Referência estão apresentadas a seguir:

5.1.1. ITEM 01 - Veículos tipo: Motocicleta;

Nº	MODELO	MARCA	PLACA	ANO
01	Moto 150 cc - Titan KS	HONDA	JMR 5226	2004
02	Moto 150 cc - Titan KS	HONDA	JMR 5227	2004
03	Moto 125 FAN KS	HONDA	NTN 9022	2010
04	Moto 125 FAN KS	HONDA	NYR 9950	2010
05	Moto 125 FAN KS	HONDA	NZN 3085	2011
06	Moto 125 FAN KS	HONDA	OUO 7855	2013
07	Moto Pop 110i	HONDA	RDF 7G88	2021
08	Moto Pop 110i	HONDA	RDG 2D27	2021
09	Moto Pop 110i	HONDA	RPS 3A97	2023
10	Moto Pop 110i	HONDA	RPW-9G77	2003

5.1.2. ITEM 02 - Veículos tipo: Passeio e Utilitários;

Nº	MODELO	MARCA	PLACA	ANO
01	Montana LS	GM	NYM 5791	2010
02	Corsa Classic LS	GM	NYM 3850	2010
03	Pick - Up Strada	FIAT	NZK 7355	2011
04	Fiat Strada Freedom 1.3	FIAT	RPX-7G04	2023
05	Fiat Strada ENDURANCE 1.3	FIAT	SJU-4A82	2024
06	Fiat Punto	FIAT	NTQ 5846	2010



5.1.1. ITEM 03 - Veículos tipo: Caminhões e demais veículos pesados.

Nº	MODELO	MARCA	PLACA	ANO
01	Caminhão MB 710	MERCEDES	JLS 1147	2000
02	Caminhão MB 710	MERCEDES	JMR 5729	2001
03	Caçamba MB 914C	MERCEDES	JMR 2838	2002
04	Iveco Daily 35s14	IVECO	NZU-0036	2012

6. DOS SERVIÇOS

6.1. EXECUÇÃO GERAL:

6.1.1. Os serviços de manutenção e reparo em **motocicletas, veículos automotivos leves, utilitários, caminhões, máquinas e equipamentos pesados** pertencentes à frota oficial do **SAAE de Itapetinga/BA**, bem como daqueles eventualmente sob regime de **locação e a serviço da autarquia**, deverão ser executados **sempre que solicitados** pelo setor competente, **em estabelecimento próprio do contratado**, devidamente equipado, licenciado e em conformidade com as normas técnicas, ambientais e de segurança vigentes.

6.1.2. As intervenções poderão ser de natureza **preventiva ou corretiva**, compreendendo desde a simples substituição de componentes até reparos complexos de sistemas mecânicos, elétricos, eletrônicos ou estruturais.

6.2. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEÍCULOS:

6.2.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva necessários ao bom funcionamento dos veículos deverão, obrigatoriamente, incluir, entre outros, os seguintes itens:

- Consertos e reparos de **mecânica em geral**, incluindo motores a diesel e gasolina, sistemas de injeção eletrônica e convencionais;
- Serviços de **capotaria e vidraçaria**;
- **Funilaria e pintura**, com preparação adequada, utilização de tintas automotivas de qualidade e acabamento compatível com o padrão original do veículo;
- **Aferição e regulação de emissões de gases poluentes**, conforme normas ambientais e de trânsito vigentes;
- **Limpeza, revisão e desobstrução** de carburadores e/ou bicos injetores (motores a diesel e gasolina);
- **Alinhamento computadorizado, balanceamento e cambagem** de rodas;
- **Retífica de motores** (diesel e gasolina), caixa de câmbio, sistema de direção e diferencial;
- **Serviços de eletricidade e eletrônica** embarcada, incluindo alternadores, motores de partida, sistemas de ignição e iluminação;
- **Manutenção, reparo e higienização** de sistemas de ar-condicionado automotivo;
- **Serviços de borracharia**, incluindo troca, montagem e conserto de pneus, câmaras e válvulas;



- **Outros serviços complementares** que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento e conservação dos veículos.

6.3. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS PESADAS

6.3.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva em **equipamentos e máquinas pesadas** (retroescavadeiras, motoniveladoras, caminhões-pipa, entre outros) deverão, obrigatoriamente, incluir, entre outros, os seguintes itens:

- **Aferição e regulação de emissões de gases poluentes;**
- **Limpeza e regulação de carburadores e/ou bicos injetores** (motores a diesel e gasolina);
- **Serviços de eletricidade e sistemas de partida** em geral;
- **Revisão de sistemas hidráulicos, transmissão e freios;**
- **Substituição de filtros, óleos lubrificantes e fluidos** conforme recomendações do fabricante;
- **Outros serviços** que se fizerem necessários para garantir o desempenho, segurança e eficiência operacional dos equipamentos.

6.4. PADRÃO DE EXECUÇÃO

6.4.1. Os serviços deverão observar rigorosamente:

- As **especificações técnicas do fabricante** e as normas da **ABNT, INMETRO, CONTRAN** e demais órgãos competentes;
- A utilização de **peças genuínas, originais ou similares de qualidade comprovada;**
- O **registro detalhado** de todos os serviços realizados, com descrição de peças substituídas, horas de trabalho e teste funcional do veículo antes da entrega;
- A **responsabilidade técnica** do prestador pelos serviços executados, incluindo garantia mínima de 90 (noventa) dias para mão de obra e peças, conforme o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- O cumprimento integral das normas de **segurança, saúde ocupacional e proteção ambiental**, especialmente no descarte de resíduos automotivos (óleos, filtros, pneus, baterias, solventes e outros materiais contaminantes).

7. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1.** O prazo de execução dos serviços será de, no máximo, 10 (dez) dias úteis para a conclusão dos serviços solicitados e autorizados pela Administração, salvo nos casos devidamente justificados e previamente autorizados pela fiscalização do contrato.
- 7.2.** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá dispor de materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos de medição e utensílios adequados, bem como equipe técnica qualificada e em quantidade suficiente para o cumprimento dos prazos e padrões de qualidade exigidos.



- 7.3. Em caso de necessidade de reposição de peças e/ou acessórios, estes deverão ser originais, genuínos ou similares, sendo fornecidos pela Contratada mediante apresentação de orçamentos comparativos contendo a descrição técnica detalhada das peças, valores e procedência, obtidos junto a empresas do ramo, para aprovação prévia da Administração.
- 7.4. A Contratada deverá adotar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, todas as medidas necessárias à execução da manutenção preventiva e corretiva, informando em tempo hábil qualquer fato impeditivo ou circunstância que possa comprometer a execução contratual.
- 7.5. Os serviços serão prestados de acordo com as necessidades da Contratante, mediante emissão de Ordem de Execução de Serviços (OES) e em conformidade com este Termo de Referência, o edital e seus anexos.
- 7.6. O encaminhamento dos veículos, máquinas ou equipamentos para execução dos serviços poderá ocorrer via telefone, e-mail ou formulário próprio, emitido pelo SAAE, conforme a necessidade. Todas as despesas, encargos e custos decorrentes da execução dos serviços correrão por conta exclusiva da Contratada.
- 7.7. A empresa credenciada compromete-se a executar os serviços e entregar os veículos em perfeitas condições de funcionamento, utilizando pessoal qualificado e técnicas adequadas, observando as seguintes condições:
- a) Executar fielmente os serviços, dentro das normas técnicas aplicáveis, do edital e de seus anexos, incluindo todas as providências complementares necessárias à perfeita execução, ainda que não expressamente previstas.
 - b) Atender com prioridade as solicitações da Contratante, garantindo celeridade e qualidade nos atendimentos.
 - c) Utilizar **somente peças novas**, que atendam às especificações e recomendações do fabricante do veículo, vedado o uso de peças reconcondicionadas, reutilizadas ou de procedência duvidosa, bem como a subcontratação de serviços sem autorização expressa da Administração.
 - d) As peças de reposição, quando necessárias, serão fornecidas pela Contratada, observando-se a composição dos preços praticados no mercado e os princípios da economicidade e vantajosidade.
 - e) A Contratada deverá refazer, reparar, substituir ou corrigir, **às suas expensas e sem ônus adicional para a Administração**, quaisquer serviços executados com defeitos, vícios, imperfeições ou falhas, inclusive quando constatados após a entrega, dentro do prazo de garantia.
 - f) O prazo de garantia das peças deverá ser o mesmo oferecido pelo fabricante, e o prazo de garantia dos serviços realizados será de **90 (noventa) dias**, contados a partir do aceite definitivo.
 - g) A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida integralmente, **independente do término ou rescisão do contrato**, até o limite do prazo concedido.



h) Enquanto estiverem sob a guarda da Contratada, os veículos, máquinas e equipamentos deverão ser mantidos em **local coberto, limpo, fechado e seguro**, sem acesso público, de modo a garantir a integridade do patrimônio público.

7.8. Os veículos, máquinas ou equipamentos adquiridos após o início da vigência do contrato poderão ser incorporados aos respectivos grupos de manutenção, conforme critérios técnicos e administrativos definidos pela Contratante.

7.9. Os serviços poderão ser rejeitados total ou parcialmente, caso não atendam às especificações deste Termo de Referência, do edital ou da proposta apresentada. Nesse caso, a Contratada deverá proceder à correção, refazimento ou substituição no prazo previsto no item 7.1, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

- a) Definitivamente, após a confirmação da adequação técnica, funcional e documental, mediante ateste da nota fiscal correspondente;
- b) Constatadas irregularidades ou desconformidades, a Contratada será notificada para correção imediata, podendo a Administração determinar a substituição ou rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas;
- c) Os recebimentos provisórios e definitivos serão formalizados por servidor designado pela Contratante, mediante registro no processo administrativo.

7.10. DO FORNECIMENTO DAS PEÇAS

7.10.1. A Contratada deverá realizar **pesquisa de mercado** junto a empresas fornecedoras de peças de reposição e acessórios **originais, genuínos ou similares (linha de montagem)**, novos e sem recondicionamento, observando as recomendações do fabricante de cada veículo ou máquina.

7.10.2. A Contratada deverá **entregar ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto as peças substituídas**, devidamente identificadas, juntamente com a nota fiscal dos serviços e das peças aplicadas.

7.10.3. Antes da execução dos serviços, a Contratante deverá **realizar orçamento prévio detalhado**, com o mínimo de 03 fornecedores, com a especificação técnica das peças e o valor unitário e total, para análise e autorização da Administração.

7.10.4. Após a autorização formal, a Contratada deverá concluir os serviços **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, salvo em casos excepcionais devidamente justificados e autorizados.

7.10.5. Para efeitos desta Chamada Pública, consideram-se:

- a) **Peça Genuína:** peça nova e de primeiro uso, distribuída pela montadora do veículo, com garantia desta;
- b) **Peça Original:** peça nova e de primeiro uso, fabricada pelo mesmo fabricante da peça genuína, porém distribuída diretamente pelo fabricante e com sua própria garantia;
- c) **Peça Similar:** peça nova e de primeiro uso, de qualidade e desempenho equivalentes, que não se enquadre como genuína ou original, mas que atenda às normas técnicas aplicáveis e garanta a segurança e o funcionamento do veículo.



8. DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

- 8.1.** A distribuição da demanda entre as empresas credenciadas obedecerá, prioritariamente, **à ordem de credenciamento**, observada a **rotatividade e a conveniência administrativa**, de forma a garantir a participação de forma igualitária de todos os credenciados.
- 8.2.** As solicitações de fornecimento ou execução serão encaminhadas conforme a **ordem de entrada das empresas no credenciamento**, respeitando-se a **capacidade técnica, o prazo de atendimento e a disponibilidade** de cada credenciada.
- 8.3.** Nos casos em que a empresa credenciada **não puder atender à solicitação dentro do prazo estabelecido**, a Administração poderá convocar a **próxima empresa da lista**, assegurando a execução ininterrupta das atividades essenciais.
- 8.4.** Essa forma de distribuição busca assegurar isonomia entre os credenciados, bem como ampla participação e aproveitamento equilibrado das empresas habilitadas, conforme previsto no edital e nos princípios da Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os da eficiência, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

9. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

- 9.1.** O modelo de execução contratual adotado será o de credenciamento de oficinas e lojas de autopeças, **em que todos os interessados que preencham as condições estabelecidas em edital poderão ser credenciados para prestar serviços ou fornecer peças, de forma não exclusiva e simultânea, conforme a necessidade da Administração.**
- 9.2.** Nesse modelo, **não há competição direta entre os credenciados, mas** igualdade de condições **previamente definidas, como** valores de referência, prazos de execução, padrões de qualidade e condições de pagamento. **O SAAE poderá** distribuir as demandas entre os credenciados, **observando critérios como** proximidade geográfica, especialização do serviço, disponibilidade e preço praticado, **de forma a garantir a** eficiência, economicidade e continuidade da manutenção da frota.
- 9.3.** A execução dos serviços e fornecimento de peças será realizada mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) ou autorização de fornecimento, **contendo a descrição do serviço ou item solicitado, o veículo envolvido, o valor, o prazo e as condições de execução. Cada intervenção deverá ser previamente autorizada pelo setor competente e atestada pela** fiscalização do contrato **após a conclusão dos trabalhos.**
- 9.4.** Os pagamentos ocorrerão de forma parcelada, **de acordo com os serviços efetivamente executados e peças fornecidas, mediante** apresentação de nota fiscal devidamente atestada.
- 9.5.** A gestão e fiscalização contratual ficarão sob responsabilidade de servidor designado, que acompanhará a execução, verificará o cumprimento das condições contratuais, controlará a qualidade dos serviços e manterá registros das ordens de serviço e manutenções realizadas, garantindo a rastreabilidade e transparência dos gastos públicos.
- 9.6. EXECUÇÃO DO OBJETO**
 - 9.6.1.** A execução do objeto se dará de forma **descentralizada, contínua e sob demanda**, conforme as necessidades operacionais do **SAAE de Itapetinga/BA**, observando as



condições, prazos e valores estabelecidos no edital de credenciamento e nos respectivos contratos firmados com as oficinas e lojas de autopeças credenciadas.

9.6.2. Os serviços e fornecimentos serão realizados mediante **emissão prévia de Ordem de Serviço (OS)** ou **autorização de fornecimento**, documento que conterá:

- Identificação do veículo ou equipamento a ser atendido;
- Descrição detalhada do serviço a ser executado ou peça a ser fornecida;
- Valor estimado com base na tabela de referência ou proposta aprovada;
- Prazo de execução ou entrega;
- Local de realização do serviço.

9.6.3. Após a execução, o responsável técnico da oficina ou loja deverá apresentar **nota fiscal detalhada**, acompanhada da **OS devidamente atestada** pelo setor de transportes e pela **fiscalização contratual** designada.

9.6.4. Os serviços deverão observar os **padrões técnicos e de qualidade exigidos pelo SAAE**, utilizando **peças genuínas, originais ou similares de qualidade equivalente**, conforme especificações e condições previstas no contrato.

9.6.5. As oficinas e lojas credenciadas deverão manter **estrutura física adequada, ferramentas apropriadas, equipe técnica qualificada e licenças vigentes** (sanitárias, ambientais e de funcionamento), garantindo a **segurança e a conformidade com as normas legais** aplicáveis ao setor automotivo.

9.6.6. Os pagamentos ocorrerão de **forma mensal e parcelada**, de acordo com os serviços e fornecimentos efetivamente realizados, mediante **comprovação e atesto da execução**.

- A fiscalização do contrato caberá a servidor designado pelo SAAE, que deverá:
- Acompanhar e registrar as execuções;
- Verificar o cumprimento das condições contratuais;
- Controlar a qualidade dos serviços e peças;
- Emitir relatórios de desempenho e controle de custos.

9.6.7. A presente contratação não gera qualquer vínculo de natureza trabalhista entre o SAAE e os colaboradores da instituição credenciada envolvidos na prestação do serviço.

9.6.8. O credenciado deverá comunicar formalmente ao SAAE, com a máxima brevidade possível, quaisquer ocorrências que comprometam a continuidade dos serviços, como falhas, avarias, danos, reparos ou alterações nos sistemas ou aplicativos utilizados na arrecadação.

9.6.9. O credenciado deverá disponibilizar ao SAAE, sempre que solicitado, documentos comprobatórios, certidões negativas de débitos trabalhistas, fiscais, previdenciários, ou quaisquer outras informações pertinentes ao acompanhamento da execução contratual.

9.6.10. O credenciado será integralmente responsável por quaisquer danos materiais ou morais causados a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão na prestação dos serviços, isentando o SAAE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

9.6.11. É vedada a cessão, subcontratação, transferência ou subempreitada, total ou parcial, dos direitos e obrigações decorrentes desta contratação, salvo em casos de comprovada necessidade técnica e desde que previamente autorizados pelo SAAE. Ressalva-se,



entretanto, a possibilidade de o credenciado utilizar agentes terceiros vinculados à própria instituição financeira, sob sua inteira responsabilidade, sem quaisquer ônus ao SAAE.

9.7. QUALIDADE DO SERVIÇO

9.7.1. A prestação de serviços será realizada com observância de padrões técnicos e operacionais que garantam a eficiência e a qualidade exigidas pela administração pública. Os parâmetros de qualidade serão definidos com base em especificações claras e mensuráveis no contrato, considerando:

9.8. CONFORMIDADE TÉCNICA:

9.8.1. A conformidade técnica na execução dos serviços e fornecimentos será assegurada por meio do **cumprimento rigoroso das especificações técnicas estabelecidas no edital e nos contratos** firmados com os credenciados, garantindo que todas as intervenções, reparos e substituições de peças sejam realizados dentro dos padrões de qualidade e segurança exigidos pelo SAAE de Itapetinga/BA.

9.8.2. Os serviços executados e as peças fornecidas deverão atender integralmente às **normas técnicas aplicáveis**, especialmente aquelas estabelecidas pela **ABNT, CONTRAN, INMETRO** e demais órgãos reguladores competentes, observando:

- Utilização de **peças genuínas, originais e/ou similares de qualidade comprovada** e compatíveis com o modelo e a marca do veículo;
- Execução dos serviços conforme **as recomendações do fabricante** e procedimentos técnicos reconhecidos no setor automotivo;
- Emprego de **equipamentos, ferramentas e insumos adequados**, devidamente calibrados e em boas condições de uso;
- Respeito às **normas de segurança do trabalho, às leis ambientais e às boas práticas de gestão de resíduos automotivos** (óleos, filtros, pneus, baterias, etc.).

9.8.3. A **fiscalização contratual** do SAAE será responsável por verificar a conformidade técnica de cada execução, cabendo-lhe:

- Conferir a qualidade dos serviços prestados e das peças substituídas;
- Atestar a execução apenas após a verificação de que o serviço atende aos padrões técnicos exigidos;
- Determinar a **correção imediata** de eventuais falhas, irregularidades ou não conformidades identificadas;
- Registrar e controlar o histórico de manutenções e substituições realizadas em cada veículo da frota.

9.8.4. O **descumprimento das condições técnicas** estabelecidas poderá implicar **advertência, suspensão ou descredenciamento do prestador**, sem prejuízo da aplicação das **sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021** e no contrato firmado.

9.9. PRAZO DE ENTREGA

9.10. A execução deverá ser iniciada **imediatamente**, após emissão a Nota de Empenho e da comunicação da contratada pelo setor requisitante.



9.10.1. O objeto será recebido no prazo estipulado, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.11. LOCAL E FORMA DE ENTREGA

9.11.1. Os serviços deverão ser entregues, no Almoxarifado do SAAE, situado na Rua Jaguaquara, S/N, Primavera, Itapetinga-BA, CEP 45700-000, ficando vedada a entrega em horário fora do expediente de trabalho, a não ser que haja recomendação, por escrito, na autorização de fornecimento, por parte da administração do contrato.

9.11.2. As peças deverão ser entregues no mesmo endereço citado acima, na oficina onde serviço será prestado ou o responsável pelo setor de compras deverá buscar.

9.11.3. Os serviços e as peças deverão ser entregues dentro dos seguintes horários:

- a)** Segundas-feiras às sextas-feiras no período da manhã, das 07:00h às 17:30h.
- b)** O prazo de entrega, em casos excepcionais como atendimento emergencial de calamidades e garantia da lei e da ordem, poderá ser reduzido e/ou estendido, mediante acerto entre as partes, registradas em contrato e sem danos ao erário.

9.12. O objeto do presente Termo de Referência será acompanhado e fiscalizado pelo SAAE, através de um servidor autorizado pela direção, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas, determinando o que for necessário à regularização de eventuais faltas e/ou defeitos constatados ou, ainda, comunicando aos seus superiores quando as providências ultrapassarem os limites de sua competência para a adoção das providências cabíveis, conforme Lei 14.133/2021.

9.13. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle.

9.14. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Autarquia ou de seus agentes e prepostos.

9.15. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.16. Os instrumentos que substituirão o contrato (nota de empenho de despesa e ordem de compra e/ou registro de preço) deverão ter seus dispositivos fielmente observados e executados pelas partes, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência, dos demais documentos que compõem esta contratação e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.17. As comunicações entre a Entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.18. A Entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



9.19. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 9.19.1.** O Objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta
- 9.19.2.** Em caso de rejeição, os itens deverão ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em Lei.
- 9.19.3.** Na hipótese de rejeição a que se refere o subitem anterior, caso a substituição não ocorra dentro do prazo fixado, o contratado estará às penalidades legais previstas na lei nº 14.133/21.
- 9.19.4.** O Objeto será recebido definitivamente no prazo estipulado, após a verificação da qualidade e quantidade de horas trabalhadas.
- 9.19.5.** O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 9.19.6.** Durante a entrega, os serviços prestados deverão estar integralmente alinhados às orientações fornecidas pelo setor técnico responsável, que estará presente no local de execução para acompanhar e validar a conformidade dos trabalhos realizados.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

10.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 10.1.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 10.1.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do objeto, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 10.1.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 10.1.3.1.** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 10.1.3.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art.117, §2º).
- 10.1.4.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 10.1.5.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº14.133/2021, art. 120).



- 10.1.6.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 10.1.6.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 10.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 10.2.1.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 10.3.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).
- 10.4. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 10.4.1.** A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos para execução dos serviços nas melhores condições, seguindo as especificações e as quantidades estipuladas no termo de referência, aprovados pela Autarquia.
- 10.5. TRANSPORTE E CUSTODIA DOS MATERIAIS**
- 10.5.1.** A CONTRATADA será responsável pelo transporte de todos os materiais necessários à execução do objeto.
- 10.6. ASSINATURAS**
- 10.6.1. CONDIÇÕES PARA A ASSINATURA DO CONTRATO**
- 10.6.1.1.** Não se aplica.
- 10.6.2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO.**
- 10.6.2.1.** O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** contados da data de assinatura deste contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.6.2.1.1.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 10.7. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**
- 10.7.1.** A Fiscalização proveniente deste Termo de Referência será a senhor: **Felipe Miranda da Silva**, portador do **Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 078.504.665-86**, Funcionário desta autarquia, lotado na Divisão Administrativa.
- 10.7.2.** Gestora do contrato será a senhora: **Miralva Rodrigues da Silva Rocha**, **Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 137.243.475-53**, Funcionária desta autarquia, lotado na Divisão Administrativa.



10.8. DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI, da Lei nº 14.133/2021).

- 10.8.1.** O valor total estimado da contratação é de **R\$ 737.259,84 (Setecentos e trinta e sete mil, duzentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).**
- 10.8.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 10.8.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.
- 10.8.4.** O pagamento será realizado através de ordem ou PIX, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.8.5.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 10.8.6.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 10.8.7.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa.
- 10.8.8.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

- 10.9.1.** O pagamento pelos serviços será por horas efetivamente prestados e pelas peças fornecidas será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica (NF-e) ou Nota Fiscal de Serviços (NFS-e) devidamente atestada pela fiscalização do contrato, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de seu protocolo no setor competente do SAAE.
- 10.9.2.** O pagamento estará condicionado à verificação da conformidade dos serviços executados e das peças aplicadas, observando-se as especificações técnicas constantes da solicitação de manutenção, da proposta apresentada e do respectivo relatório de execução atestado pelo fiscal do contrato.
- 10.9.3.** Em caso de divergências entre os serviços executados e os discriminados em nota fiscal, o prazo de pagamento será suspenso até a completa regularização da pendência, sem que isso implique qualquer ônus adicional ao SAAE.
- 10.9.4.** Sobre o valor bruto da nota fiscal, incidirão as retenções tributárias previstas em lei, observando-se a natureza do serviço e o enquadramento fiscal da contratada, nos termos da legislação federal, estadual e municipal aplicável, especialmente quanto a:
- Imposto de Renda (IRRF);
 - Contribuições Sociais (PIS, COFINS e CSLL), quando cabíveis;
 - ISSQN, conforme legislação do município de Itapetinga/BA;
 - INSS, quando houver mão de obra em regime de cessão.



- 10.9.5.** A contratada deverá manter-se em situação regular perante os órgãos fiscalizadores e fazendários, sob pena de suspensão do pagamento até a devida regularização.
- 10.9.6.** Os valores referentes a peças e componentes serão pagos de forma discriminada, devendo constar separadamente na nota fiscal os valores correspondentes à mão de obra e às peças aplicadas, conforme planilha de custos e condições estabelecidas no credenciamento.
- 10.9.7.** O pagamento será realizado por meio de transferência bancária para a conta indicada pela contratada, desde que em nome da empresa credenciada, vedado o pagamento a terceiros.
- 10.9.8.** A emissão de nota fiscal referente a serviços e/ou fornecimento de peças implica aceitação integral das condições contratuais, inclusive quanto a prazos, garantias e responsabilidades técnicas.
- 10.9.9.** Nos casos de serviços realizados sob regime de garantia, o pagamento somente será efetuado após o decurso do prazo de verificação, atestando-se a plena funcionalidade do veículo ou equipamento.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

- 11.1.** É classificado como serviço comum.
- 11.2.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **CHAMAMENTO PÚBLICO**.
- 11.3.** Caberá aos participantes apresentar proposta comercial adequada aos requisitos delimitados no subitem 8.1 deste Termo.

- 11.4.** A proposta deverá conter os dados identificadores da proponente exigidos no edital.

11.5. FORMA DE FORNECIMENTO

- 11.5.1.** O fornecimento do objeto será realizado de forma **PARCELADA**, mediante a emissão de ordem de compra, nota de empenho ou documento equivalente, conforme estabelecido nas cláusulas contratuais e de acordo com a necessidade do contratante.

11.6. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 11.6.1.** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a)** Alternativamente, as duas certidões mencionadas poderão ser substituídas pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica** disponibilizada pelo **TCU – Certidões APF** acessível por meio do link (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

- 11.6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



- 11.6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 11.6.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 11.6.5.** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 11.6.6.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio de documentos solicitados.
- 11.6.7.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 11.6.8.** Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.6.9.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 11.6.10.** Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

11.6.11. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS

a) Habilitação Jurídica (art. 66)

- Ato constitutivo (contrato social, estatuto ou equivalente), devidamente registrado;
- Registro comercial (no caso de empresário individual);
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Regularidade Fiscal e Trabalhista (art. 68)

- Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (RFB/PGFN);
- Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual;
- Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;
- Certidão de regularidade perante o FGTS (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT – TST).

c) Qualificação Técnica (art. 67)

- Comprovação de experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto, por meio de atestados de capacidade técnica ou contratos anteriores;
- Declaração de que dispõe da estrutura física, tecnológica e operacional necessária para a adequada prestação dos serviços.

d) Qualificação Econômico-Financeira (art. 69)

- Balanço patrimonial do último exercício, devidamente registrado;
- Certidões negativas de falência e recuperação judicial ou extrajudicial.



e) Declarações Obrigatórias

- Declaração de inexistência de impedimento legal para contratar com a Administração Pública (conforme art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- Declaração de atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), quando aplicável;
- Declaração de que não foi penalizado com sanção impeditiva de contratar com o poder público.

11.6.12. Será vedada a participação quando:

- I. Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- II. Sob processo de concordata ou falência;
- III. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de suas entidades descentralizadas;
- IV. Que tenham pendência financeira ou contratual para com o Município de Itapetinga-BA e suas entidades da administração direta e indireta.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei n. 14.133/2021)

12.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias.

12.1.1. DOTAÇÕES

Unidade Gestora	Fonte	Projeto/Atividade	Elemento de despesa	Lote
06 - SAAE	18990000	4.023	3.3.90.30.00	02
06 - SAAE	18990000	4.023	3.3.90.39.00	01